

# EUA ameaçam aliados regionais com destino de Nicolás Maduro

‘Basta das ordens de Washington’ na Venezuela, diz presidente Delcy Rodríguez

Por Igor Gielow (Folhapress)

A presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, disse no domingo (25) que já basta de haver ordens de Washington no país sul-americano.

“Já basta das ordens de Washington sobre políticos na Venezuela. Que seja a política venezuelana quem resolva nossa divergência e nossos conflitos internos. Já basta de potências estrangeiras”, disse Rodríguez em uma mensagem a trabalhadores petroleiros no estado de Anzoátegui.

Os Estados Unidos disseram estar no comando da Venezuela após a incursão militar de 3 de janeiro na qual Nicolás Maduro e sua esposa, Cilia Flores, foram capturados. Ambos enfrentam um julgamento por narcotráfico em Nova York.

Na quarta-feira (21), A presidente havia promovido uma reorganização das Forças Armadas ao nomear 12 oficiais superiores para comandos militares regionais, pouco mais de duas semanas após a queda do ditador.

Ela já tinha designado anteriormente um ex-chefe do serviço de inteligência como novo comandante de sua guarda presidencial e como diretor da agência de contrainteligência.

A nova mudança na liderança militar ocorre pouco menos de 20 dias após a operação dos EUA em Caracas, que envolveu ataques com mísseis, soldados e helicópteros.

Depois da operação, a grande incerteza que pairou sobre o futuro político do país veio acompanhada do rumor, discutido por venezuelanos na fronteira do Brasil com o vizinho, de que a cúpula política e militar do regime traíu o ditador e fez um acordo com os EUA.

Delcy era vice de Maduro. Desde então, o regime tem aberto canais de diálogo em meio à pressão americana, e Delcy foi convidada pelo governo de Donald Trump para visitar Washington - ainda não há data para a reunião, segundo a Casa Branca.

## EUA ameaçam aliados regionais

Enquanto isso, a nova Estratégia de Defesa Nacional dos Estados Unidos, publicada na sexta (23), prevê “ação decisiva” contra aliados regionais que não trabalharem segundo os interesses do governo de Donald Trump, citando a captura do ditador venezuelano Nicolás Maduro como exemplo de punição possível.



Além disso, o texto coloca como prioridade o controle da Groenlândia e do canal do Panamá, limita o apoio a aliados na Europa e na Ásia, além de buscar a contenção da China sem conflito armado.

O documento de 34 páginas, assinado pelo secretário Pete Hegseth (Defesa), é o instrumento para colocar em prática os princípios delineados pela Estratégia de Segurança Nacional, editada em 5 de dezembro e que causou espanto global pela mudança de foco do país mais poderoso do mundo.

Como no texto anterior, a nova Estratégia prevê os EUA mais isolados do mundo, mas guardando para si o direito de agir com violência para garantir interesses nacionais. E o foco novamente é o Hemisfério Ocidental.

Ali entra a ameaça à região. “Vamos nos engajar em boa fé com nossos vizinhos e parceiros, mas vamos garantir que eles respeitem e façam a parte deles para defender nossos interesses comuns. Onde eles não o fizerem, nós estaremos prontos para tomar ação decisiva e focada”, diz o texto.

Citando o chamado Corolário Trump à Doutrina Monroe, o documento desenha o que pode acontecer. “As forças dos EUA estão prontas para aplicar [o corolário Trump] com rapidez, força e precisão, como o mundo viu na Operação Determinação Absoluta”, afirmou, sobre o ataque à Venezuela em 3 de janeiro.

O palavrório visa resgatar a doutrina de 1823 em que os EUA buscavam se proteger do colonialismo europeu, transformada em instrumento imperialista em 1904, quando o então presidente Theodore Roosevelt lançou o seu corolário - defendendo o uso da força para assegurar o que considerava seu quintal estratégico.

“Nós vamos garantir o acesso

militar e comercial dos EUA a áreas chave, especialmente o canal do Panamá, o golfo da América [como Trump chama o golfo do México] e a Groenlândia”, escreve Hegseth.

A Groenlândia está no centro de uma crise contínua entre Trump e seus aliados europeus na Otan. Na semana passada, ele reafirmou que quer controlar a ilha da Dinamarca, mas descartou o emprego de tropas para tal.

A negociação sobre o tema ainda é incerta, e as críticas feitas pelo americano à aliança militar ocidental, inclusive a ultrajante afirmação de que os aliados não foram à linha de frente nos 20 anos de ocupação americana do Afeganistão, seguem repercutindo.

A citação nominal ao canal do Panamá, obra que foi tocada por americanos no século 20, recoloca o tema na mesa. No começo de seu segundo mandato, Trump exigiu a saída de empresas chinesas da operação do local, sugerindo ação militar.

Baixou o tom, mas conseguiu que os panamenhos rompessem acordos com Pequim, dando a impressão agora desfeita de que o assunto estava resolvido.

Aos aliados mais tradicionais, os sinais são ainda mais sombrios. À União Europeia, diz que Vladimir Putin é problema dos integrantes do flanco leste do bloco.

Se a doutrina publicada em dezembro dizia que o continente tinha líderes fracos que precisavam ser enquadrados ao trumpismo, sua versão militar afirma que

a Europa deve se defender sozinha contra Moscou, e prevê a redução da presença de Washington no continente.

O texto só reconhece a Rússia como ameaça aos EUA no campo nuclear e de ações cibernéticas, mas afirma que o apoio ao continente será limitado daqui em diante.

É mais um pregó no caixão da ordem internacional vigente por oito décadas, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A Ucrânia, nesse contexto, fica a ver navios, dependendo do apoio dos europeus contra os russos, ainda que a maioria das armas usadas contra a invasão seja americana.

Outro aliado deixado à míngua é a Coreia do Sul. A doutrina prevê que Seul terá de pagar sua conta de defesa sozinha contra o Norte comunista, liberando energia dos EUA, que mantém 28 mil militares no país. Daí para Seul buscar a bomba atômica e aumentar os riscos de proliferação é um passo.

Por fim, mas talvez acima de tudo, há a rivalidade com a China. Enquanto a versão anterior da Estratégia, editada no governo Joe Biden em 2022, classificava o gigante asiático como adversário a ser combatido, a atual reduz o tom do conflito.

“Nosso objetivo não é dominar a China, nem estrangulá-la ou humilhá-la. Ele é simples: prevenir que qualquer um, incluindo a China, seja capaz de nos dominar”, afirma, adotando o tom contraditório que permeava a Estratégia de Segurança.

Segundo o texto, Trump quer uma relação respeitosa com Pequim, “mas numa posição de força militar segundo a qual ele possa negociar em termos favoráveis à nossa nação”. O texto não fala em Taiwan, ilha autônoma que a China quer para si, mas cita a necessidade de manter “uma forte defesa de negação” nos arquipélagos aliados que cercam o rival.

O novo documento, o quinto desde a estreia em 2005, parece feito para ser solapado pela realidade. Enquanto defende que Israel e os países do Golfo podem conter o Irã, uma armada americana é montada na região, ameaçando iniciar uma guerra.

Isso dito, o texto reafirma a autoimagem imperial que Trump alimenta, centrada no discutível conceito de Paz pela Força, que não oferece alternativa real senão a do interesse americano à de fato caduca ordem global.

# Balanço de ONG de direitos humanos contabiliza quase o dobro de mortes admitidas pelo Irã

O número de mortos nas manifestações contra o regime do Irã chegou a ao menos 5.848, segundo a organização de direitos humanos Hrana, com sede nos Estados Unidos. Desse total, 5.520 seriam de manifestantes.

De acordo com o balanço mais recente publicado neste domingo (25), ainda há 17.091 óbitos sob investigação. O total de prisões teria chegado a 41.283. A checagem independente de informações não é possível em meio a um bloqueio de internet imposto pelo regime teocrático, dificultando o envio de informações para fora do país.

A atual onda de protestos no Irã come-

çou em 28 de dezembro. Os atos se espalharam por todas as províncias do país e se transformaram na mais séria ameaça à teocracia desde sua instalação, em 1979. Teerã respondeu com uma repressão violenta, deixando milhares de vítimas.

Na última quarta-feira (12), Teerã disse que havia suprimido com sucesso os protestos contra a teocracia que agitaram o país por semanas e reconheceu, pela primeira vez, que 3.000 pessoas morreram durante as manifestações - uma cifra bastante inferior às estimativas de ONGs.

O anúncio fez parte de uma série de movimentos públicos do regime iraniano para reforçar a ideia de que os distúrbios no país

foram completamente subjugados.

Segundo o boletim de Hrana, há relatos de que agentes das forças de segurança estariam pressionando profissionais de saúde dentro de hospitais. Segundo testemunhos, militares teriam entrado inclusive em unidades de terapia intensiva, realizando ameaças de prisão. Profissionais de saúde relataram ter escondido manifestantes feridos.

Ainda há relatos de prisões de médicos e paramédicos por atenderem pessoas que participaram dos atos.

Na semana passada, o chefe da polícia nacional do Irã anunciou que as pessoas que foram “enganadas” a participar das manifes-

tações receberiam punições mais leves se se entregassem em até três dias.

“Os jovens que se envolveram involuntariamente nos protestos são considerados indivíduos que foram enganados, não soldados inimigos”, afirmou Ahmad-Reza Radan à televisão estatal na última segunda (19), acrescentando que “serão tratados com indulgência” pelo regime teocrático.

Dois dias antes, o líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, havia afirmado que as autoridades têm a obrigação de “quebrar a espinha dorsal dos sediciosos” e voltado a responsabilizar o presidente Donald Trump pelas mortes na repressão à recente onda de protestos.